

DIGITALIZAÇÃO DA VIDA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

ORGANIZAÇÃO

LUTIANE DE LARA

LILIAN RODRIGUES DA CRUZ

PATRÍCIA DOS PASSOS



ABRAPSO EDITORA

DIGITALIZAÇÃO DA VIDA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

ORGANIZAÇÃO

Lutiane de Lara

Lilian Rodrigues da Cruz

Patrícia dos Passos



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2023



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Emerson Rasera

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



Este livro adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição - CC BY: Esta licença permite a distribuição, remixagem e adaptação do seu conteúdo, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos pela criação original. Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

COLONIALISMO DE DADOS E OS AVANÇOS DA EXTREMA DIREITA

Lutiane de Lara

Patrícia dos Passos

Lilian Rodrigues da Cruz

Nos últimos 10 anos as mudanças tecnológicas afetaram os mais diversos campos do viver, a própria percepção e a relação com o mundo. Sua grande influência em nossas vidas ganha cada vez mais espaço e o campo digital não é algo distante da realidade, ele a compõe e afeta diretamente o mundo concreto. Os meios digitais têm atravessado diretamente o sistema democrático e seus processos eleitorais. Além disso, a abertura das redes sociais para informação em massa e de extrema velocidade tem sido útil para os avanços da extrema direita, dos discursos dominantes e conservadores.

Apesar disso, não pretendemos desqualificar a internet e todos os ganhos em diversas pautas e causas, há muitas produções que só são possíveis pelo alcance da internet/mídias digitais e muita criação pelas conexões que elas possibilitam. Ao mesmo tempo, sua abertura também coloca em jogo a criação de conteúdos sem qualquer verificação, algo que pode ser interessante, mas que tem sido usado como aliado para ideais hegemônicos, conservadores, racistas e fascistas. Ao invés de cairmos em campos duais sobre o mundo tecnológico, nos interessa aqui entender que funcionamento e mercado digital estão conectados aos regimes de verdade e relações de poder, não sendo esse campo tecnológico aleatório ao funcionamento socioeconômico do mundo e à realidade dominante, mas produzido como sua expansão. Há indícios de que as próximas décadas terão constante atravessamento das redes sociais na manutenção do sistema colonial-capitalista como única possibilidade de sistema-mundo. Os últimos anos já trazem alguns alertas sobre o uso das redes como interferência nos processos eleitorais ao redor do mundo e como a produção das *fake news* se torna grande aliada aos discursos de ódio e ao avanço da extrema direita pelo seu grande lucro para as *Big Techs* através do funcionamento algorítmico. As últimas eleições ocorridas no Brasil foram diretamente atravessadas pelas *fake news*, criando um cenário de medo através das distorções que circulavam nas páginas da direita, sem possibilidades de verificação e ampliação dos fatos. No que diz respeito às pessoas que controlam os dados e as *Big Techs*, o engajamento

das mídias está interessado naquilo que mais produz lucro, sendo o conteúdo da extrema direita um dos seus grandes produtores através da incitação do ódio. Dessa forma, a digitalização da vida é um processo contemporâneo que afeta nossas subjetividades, desejos e realidade, sendo de extrema importância olharmos para suas problemáticas e encontrarmos brechas para o seu enfrentamento e também sobre o que há de interessante no mesmo.

Neste capítulo nos interessa discutir o levante conservador brasileiro da última década, procurando compreender como os meios digitais e as redes sociais têm tornado possível, com suas *fake news* e com o discurso bolsonarista, o colonialismo de dados. Questionamos possíveis caminhos para pensarmos em enfrentamentos aos prejuízos das realidades criadas que propagam ideias conservadoras e fascistas para o avanço da extrema direita, as quais se utilizam de narrativas de constante ataque a diferença como afirmação de uma realidade. Assim, num primeiro momento colocaremos em análise a atualização das estratégias do colonialismo ao encontrar o capitalismo digital e, por sua vez, como o discurso da extrema direita beneficia, e é beneficiado, por essa nova lógica de expropriação. Num segundo momento, colocamos em discussão as condições de resistência ao colonialismo de dados, em especial, analisando condições para a descolonização dos dados como formas de limitar o poder das *Big Techs* na modelização operada pelos algoritmos.

COLONIALISMO DE DADOS E A APROPRIAÇÃO DO FLUXO DE NOSSAS VIDAS

O processo de funcionamento algorítmico tem proporcionado a atualização das lógicas coloniais de dominação através do uso de dados pelas *Big Techs* — grandes corporações do campo da tecnologia digital — e nessa medida, tem se constituído como uma das novas ferramentas do sistema capitalista-colonial. Com esse domínio de dados, elas conseguem ampliar a apropriação do trabalho, do tempo, das subjetividades, do controle das eleições do Norte ao Sul global, mas com maior intensidade e livre manejo no Sul. É a atualização da exploração colonial territorial, porém que não se limita a um território ou grupo social em específico, mesmo os afetando de modos distintos. Tal domínio atravessa os diversos grupos e expande a exploração global através do processo de colonização digital promovido pelas *Big Techs*, e, portanto, representa um elo fundamental desse estágio de acumulação capitalista ao promover o controle de amplos setores econômicos (Faustino & Lippold, 2022).

A colonização contemporânea não se dá de forma explícita através dos domínios de territórios, sua atualização se utiliza dos dados coletados a partir das interações digitais, para que esse domínio digital se espraie de maneira intensa e veloz, mas ainda com o foco no Sul global e na manutenção da nova jornada capitalista que é atravessada pela exploração extrema dos recursos naturais. O foco

desse novo modelo de colonização está direcionado para as projeções de controle de forma ampla, direcionando e afetando inclusive a continuidade da exploração dos recursos naturais, o que também faz parte do engajamento das mídias digitais.

Elon Musk continua sua senda de apoiar golpes e regimes autoritários de extrema-direita, que perseguem, torturam e exterminam povos indígenas, militantes, ativistas ambientais, como no caso brasileiro, onde recebeu a Medalha de Honra ao Mérito da Defesa. Musk reuniu-se como Presidente da República - governo bolsonaro, friso nosso - para tratar da proteção da Amazônia e de proporcionar conexões e acessos via seu sistema de *starlink* de satélites, já usado em prol do regime ucraniano. (Faustino & Lippold, 2022, p. 61)

A realidade virtual já não é algo desconectada da realidade concreta, ela afeta diretamente o que vivemos e tem servido para o direcionamento de escolhas que produzem políticas. A colonialidade, como forma de vivenciar o mundo, se adere ao neoliberalismo e à extrema direita nesse projeto de manutenção, inclusive com focos nos países do Norte global, sendo a dominação primitiva de dados algo que ultrapassa as bordas territoriais, mas visa o avanço do que irá manter esse sistema-mundo¹.

Mejías e Couldry (2019), chamam “colonialismo de dados”, esse novo sistema de dependência que se engendra com o capitalismo da era digital. Para os autores vivemos uma nova fase do colonialismo histórico, iniciado no século XVI, com a divisão do mundo entre pessoas colonizadoras e pessoas colonizadas. Por colonialidade, os autores compreendem, conforme pensado por Quijano (2007), um dos principais elementos da divisão do mundo entre *expropriadoris* e *expropriadis*, o que daria sustentação ao padrão mundial do capitalismo. O colonialismo de dados combina métodos abstratos de quantificação de acessos digitais a práticas extractivas depredadoras já existentes no colonialismo histórico.

A dinâmica da colonialidade, qual seja de despossuir e apropriar-se dos recursos de um grupo em função do bem de uma parcela mínima e dominante, é constante nesses dois formatos de colonialidade. O colonialismo antigo se apropriou da terra, dos minerais e dos produtos agrícolas dos territórios feitos colônias. Já no contemporâneo, corporações e governos se apropriam de dados gerados pelos acessos à rede de internet, de tal modo que podemos dizer que “se apropria de nós, seres humanos, do fluxo de nossa vida cotidiana” (Couldry, 2021, p. 4).

1 O conceito de “sistema-mundo” é uma alternativa ao conceito de “sociedade”. Ele é utilizado para romper com a ideia moderna que reduz “sociedade” às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um “Estado-nação”. Em um sentido comum eurocêntrico moderno, o conceito de “sociedade” é utilizado como equivalente a “Estado-nação” e, por conseguinte, existem tantas sociedades quanto Estados-nações no mundo. Esse olhar eurocêntrico moderno não somente reduz a noção de Estado a “Estado-nação”, como também reduz sociedade a essa forma de autoridade política muito particular do mundo moderno/colonial” (Grosfoguel, 2020, p. 55).

No colonialismo de dados se constitui um novo modelo de relações que permite a extração de dados para a mercantilização — as relações de dados. Com esse sistema de relações de dados a vida social se converte em recurso disponível para a extração do capital. Ou de forma mais explícita, as plataformas digitais produzem “o social” para que o capitalismo digital se aproprie, e exproprie, dos dados ali coletados (Mejías & Couldry, 2019).

Colonialismo de dados é uma ordem emergente, social e econômica para a apropriação da vida humana de forma que possam extrair dados dela visando o lucro. Portanto, é um modo de configurar o mundo inteiro, de tal forma que um recurso novo possa ser extraído — e esse recurso é a vida humana a partir da qual se pode extrair um valor econômico. (Couldry, 2021, p. 4)

A apropriação do fluxo da vida acelera o devir-artificial da humanidade e, nos leva a “grande substituição” do humano pela máquina, promovida por um processo que culmina na experiência de combustão do mundo, como efeito das devastações provocadas no antropoceno, conforme nos alerta Achille Mbembe (2021). Mbembe denomina como brutalismo o poder sem limites que desencadeia um metabolismo social, o qual deseja aniquilar ou incapacitar classes distintas da população por meio da gestão de resíduos de todos os tipos. O brutalismo se baseia na indistinção entre seres vivos e máquinas. “A matéria em última instância é a máquina, isto é, nos dias de hoje, o computador em seu sentido mais amplo, tanto nervo, cérebro, quanto realidade numinosa” (Mbembe, 2021, p. 29). E segue:

para muitos de nossos contemporâneos, a tecnologia é hoje uma realidade ao mesmo tempo material e imaterial, psíquica, pessoal e interior. Ela já não pertence apenas ao mundo exterior, membrana que define a fronteira entre um interior (a humanidade) e um exterior (a natureza). É nossa clínica, o lugar em que se manifestam, em sua sombria clareza, as três realidades constituintes do mundo vivo, a saber, a realidade psíquica dos afetos e a realidade social das trocas, da linguagem e das interações. (Mbembe, 2021, p. 43)

De tal forma que, a reprodução do capitalismo, no colonialismo de dados, não está somente centrada na condição vendermos nossa mão de obra, como no capitalismo que prepondera até o início do século XXI, no colonialismo de dados, a reprodução do capitalismo agrega as relações de dados (*data relations*). Conforme Couldry (2021), essas relações envolvem todos os dados gerados em nossas interações nos acessos à internet. Os dados gerados nas relações virtuais são extraídos para a geração de lucro. Mas para que isso tenha se tornado uma realidade possível, foi primeiro necessário que, no século XIX, todas as transações se tornassem transações financeiras. E, mais recentemente, no início do século

XXI, todas as transações se tornassem transações de dados. Sérgio Silveira (2021) faz coro ao afirmar que o capitalismo digital promoveu a digitalização de toda a produção simbólica e ampliou esse processo no mundo inteiro. No século XXI, surge um mercado de dados pessoais que tem, na dataficação, um espaço de destaque e de lucro (Silveira, 2021).

É através da vida social ordinária, tudo na vida social, incluindo aqueles momentos em que sabemos que não estamos trabalhando, pode se tornar um fato direto, um insumo para a produção capitalista. O que significa que a vida humana está sendo anexada ao capitalismo via processos de monitoramento e influência contínuos de marqueteiros de nosso comportamento, com implicações profundas à liberdade — ou, aquilo que chamamos no livro, ao núcleo da liberdade: o eu do espaço (Couldry, 2021, p. 13)

A vida social, do Norte ao Sul global, tornou-se recurso que pode ser extraído e utilizado pelo capitalismo. Não há um recorte específico, não importa a posição política, classe social, idade ou religião, toda a interação digital gera dados capturáveis que podem ser armazenados e são passíveis de serem utilizados para a formatação de perfis. É curioso como passamos a considerar a captura desses dados como algo natural e algo do qual não podemos escapar. Além disso, tampouco sabemos quais dados, e em que momentos, serão coletados, e para quais fins serão usados (Cassino, 2021).

O novo *eu-colonizado* vê as práticas das empresas de dados invadirem seus espaços mais íntimos, tornando o rastreamento uma característica permanente da vida, delimitando inclusive o que cada ser humano pode explorar em relação aos seus semelhantes. Adicionalmente, o processo de alteração comportamental é majoritariamente conduzido por meio de sistemas de inteligência artificial, que utilizam da coleta e do processamento de dados junto a sistemas algorítmicos para modular tomadas de decisão. Trata-se de uma modulação baseada na coleta das informações que nós mesmos fornecemos espontaneamente às grandes empresas de tecnologia. (Cassino, 2021, p. 29)

O colonialismo de dados cria uma nova ordem social e econômica em que estamos constantemente sujeitos à vigilância personalizada para que sejamos levados à conveniência e à customização. Shoshana Zuboff (2020) nos ajuda a avançar nessa compreensão ao oferecer a noção de capitalismo de vigilância. Nessa modalidade contemporânea de capitalismo há a apropriação da experiência humana como matéria-prima gratuita que é traduzida em dados comportamentais. Esses dados são manufaturados em produtos de predição que antecipam o desejo das pessoas usuárias e que compõem mercados de comportamentos futuros. No capitalismo

de vigilância os meios de produção constituem meios de “modificação comportamental” que atuam a partir de uma nova espécie de poder: o instrumentalismo.

O poder instrumentário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros. Em vez de armamentos e exércitos, ele faz valer sua vontade através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua composta de dispositivos, coisas e espaços “inteligentes” conectados em rede. (Zuboff, 2020, p. 19)

O colonialismo de dados compõe o capitalismo de vigilância e, também, um grande avanço, em direção à reificação da nossa experiência e senso de realidade, que nos leva para objetificação e mercantilização das relações. Segundo Faustino e Lippold (2022, p. 58), “refere-se, em primeiro lugar, a uma nova partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o sub imperialismo, ao reduzir o chamado Sul Global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais ou a consumidores retardatários de tecnologias”.

O colonialismo de dados, a partir da acumulação primitiva dos dados, opera uma atualização das formas de exploração, opressão e controle político, ideológico e subjetivo, e, portanto, atualiza o racismo colonial a partir de uma racialização dos acessos e de uma exclusão dessas tecnologias. No colonialismo de dados as diferentes manifestações das pessoas são subsumidas às lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas da digitalização (Faustino & Lippold, 2022).

Não se trata, aqui, de uma simples alteração dos ritmos de vida ou mesmo da percepção humana pela introdução de novas tecnologias, como poderia se presumir, mas, sim, da manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações empresariais a partir dessas tecnologias com vistas à ampliação da acumulação de capitais. (Faustino & Lippold, 2022, p. 58)

Cabe destacar, como salientam Faustino e Lippold, que o colonialismo de dados, ainda que universalize a condição negra, encontra no racismo um elemento que diferencia o “preço de cada mercadoria e, sobretudo, os critérios que definem e autorizam quais delas podem ser descartadas e quais, mesmo quando supérfluas, não são passíveis de tais redução” (Faustino & Lippold, 2022, p. 70).

Se as *Big Techs* entram no processo de exploração global e, de intervenção a partir do uso dos dados, os processos eleitorais estão atravessados pelo domínio destes e do direcionamento da produção de conteúdo. Nesse sentido, quem domina as *Big Techs* tem grande interesse no conteúdo gerado pela extrema direita, não apenas pelo lucro advindo, mas também porque seus ideais são aliados à manutenção do sistema colonial-capitalista e ao avanço de poder dessas empresas/pessoas.

Inovações como o metaverso, anunciado pelo *Facebook* (atual *Meta*), mas também estudado pela *Microsoft*, *Google*, *Amazon* e *Tesla*, não são pensadas para serem simples produto a disputarem o mercado de entretenimento virtual, mas o resultado de uma corrida cujo *podium* é o direcionamento, canalização e controle dos fluxos financeiros. Uma corrida que pressupõe assim, como no velho imperialismo, uma disputa pelo controle de determinados nichos de mercado, mas, sobretudo, pelo controle político, econômico e ideológico de determinados territórios e insumos estratégicos. (Faustino & Lippold, 2022, pp. 62-63)

Max Fischer (2023), repórter do *New York Times*, em seu livro *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramam nossa mente e nosso mundo*, explora o modo como ocorrências estranhas e excessivas ao redor do mundo estão conectadas às mídias sociais e digitais. A partir da reportagem investigativa o autor mostra a influência das redes sociais na sociedade, na política e na saúde das pessoas. Em especial, ele nos apresenta como as postagens com matizes de ódio, conspiração e extremismo têm efeito incendiário ao promover maior engajamento nas plataformas e impactar diretamente em movimentações, muitas vezes violentas, na vida social.

Como recorte da vasta pesquisa feita pelo repórter, elegemos trazer a influência do *Youtube* na ascensão de Jair Bolsonaro, que até 2012, não passava de um “deputado, por muitos considerado uma esquisitice às margens da política” (Fischer, 2023, p. 351), Fischer ainda considera que a rápida ascensão e alta credibilidade que passou a gozar Bolsonaro está associada ao funcionamento do *Youtube* e, a uma ferramenta em específico, o algoritmo do engajamento e ao seu “efeito toca do coelho”. O fato destacado pelo repórter tem sua lógica de funcionamento aparente na dinâmica adotada por Bolsonaro, em 2012, ao expor a psicóloga Tatiana Lionço, professora da Universidade de Brasília. O então deputado de extrema direita editou uma fala gravada da professora, na qual mencionava que era comum crianças expressarem curiosidade pelo corpo ou pela roupa de outras crianças. Na edição, o deputado reordenou a fala da professora de forma a sugerir que ela estaria incentivando a homossexualidade e o sexo entre crianças. O vídeo foi repostado pelas poucas pessoas *youtubers* de extrema direita que passaram a associá-la à “conspiração global comunista e homossexual” (Fischer, 2023, p. 351), à pedofilia, além de passarem a acusá-la de ter distribuído “*kits gay*” para escolas, incentivando a homossexualidade entre crianças. “As declarações desses *youtubers* chegaram ao *Twitter* e ao *Facebook*. Os comentários nos vídeos exigiam a morte de Lionço” (Fischer, 2023, p. 351). A professora passou a ser perseguida nas redes, no trabalho, a receber ameaças de morte etc., e, como efeito, aumentou significativamente o engajamento de Bolsonaro nas redes sociais.

Poucos anos depois, em 2019, Bolsonaro seria eleito Presidente do Brasil, a partir de um discurso anticorrupção, anticomunismo e à incitação de ódio à

velha política, seguindo esse uso do alto engajamento digital experimentado pelo discurso de ódio nas redes sociais. A plataforma impulsiona cada vez mais as pessoas usuárias a assistir a conspirações e discursos políticos, porém, como porta de entrada inicia com vídeos mais moderados e, gradativamente, vai recomendando vídeos extremistas, e, assim, a pessoa usuária é levada à “toca do coelho”. O algoritmo de recomendação vai direcionando as pessoas usuárias a fazerem parte de bolhas informacionais que passam a tomar *fake news* por fatos políticos (Dourado, 2021; Fischer, 2023).

Para as *Big Techs*, essa política de engajamento digital, que tanto tem favorecido a potencialização dos discursos conservadores, extremistas e de ódio, é uma estratégia para atrair tráfego e obter lucro. De acordo com Dourado (2021, p. 41), “o método de coleta e processamento de dados é pulverizado em centenas de serviços oferecidos para entreter e dar mais praticidade à vida do usuário final, ao mesmo tempo em que alimenta o modelo de negócios das empresas de tecnologia”. E o autor segue:

[d]iante de quantidade incontável de dados, a curadoria do *feed* de notícias dos usuários de mídias sociais é feita pelos algoritmos, que não são *softwares* ou entes, mas cálculos matemáticos, ou ações executáveis, com vistas a propósitos específicos, como identificar *Trending Topics* no *Twitter* e dar visibilidade a *posts* mais aderentes ao interesse de cada usuário. (Dourado, 2021, p. 42)

Tatiana Dourado (2021) distingue *fake news* dos demais conteúdos que podem distorcer a realidade. Ela define *fake news* como aquela informação falsa que simula ser uma notícia para narrar e distorcer fatos políticos e, que disputam o sentido de notícia, para conquistar maior visibilidade na *web* e nas plataformas de mídias sociais (Dourado, 2021).

A acumulação de dados é matéria-prima do capitalismo tardio, é a nova forma de geração de lucro e um processo de dominação, que se espalha de maneira intensa e não apenas territorial, mas a partir das nossas subjetividades e desejos para a visão dessa mesma lógica de mundo. Dessa forma, precisamos começar a pensar em alternativas que possibilitem que o uso da internet e dos meios digitais não sejam mais uma forma de dominação dos ideais capitalistas-coloniais. Pensar que a algoritmização não se produz aleatoriamente, mas para a manutenção e o poder de quem a detém, sendo a nova forma de poder vigente, nos abre possibilidades de direcionamento para o enfrentamento dessas problemáticas.

POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO DE DADOS

Resistir ao colonialismo de dados implica na descolonização dos dados. Para isso, podemos começar por questionar a naturalização que temos vivenciado em relação à recompilação contínua de nossos dados e, dos resultados do processamento deles, como uma forma atual e natural de produção de conhecimento social. Como vimos acima, é preciso ter clareza em relação aos interesses econômicos e políticos particulares que circulam nessa extração motivada de nossos dados (Mejías & Couldry, 2019). Assim como os valores preconizados pelo colonialismo histórico, também o colonialismo de dados justifica a extração de dados a partir de narrativas universalizantes e totalizadoras. As *Big Techs* e os governos afirmam que a expropriação de nossas vidas a partir dos dados coletados representa progresso, conexão humana, avanço na produção do conhecimento e distribuição de riquezas. No entanto, precisamos questionar esses universalismos e devemos rejeitar as novas narrativas que buscam justificar essa nova forma de expropriação de nossas vidas (Mejías, 2019).

O colonialismo de dados é orientado por regimes de produção de conhecimento que privilegiam o padrão imposto pelo Norte global. A descolonização, portanto, implica na produção de uma nova ontologia e epistemologia que rejeite a racionalidade e os dualismos ocidentais e, que dialogue com lutas multidimensionais, permitindo a análise decolonial interseccional e feminista (Ricaurte, 2019). Faustino e Lippold (2023), a partir de uma crítica *hacker-fanoniana*, na mesma linha de Ricaurte, nos advertem que não é possível reduzir nossa crítica à rejeição ou adesão completa à tecnologia. A partir de Franz Fanon, os autores propõem colocar a tecnologia a serviço da emancipação numa apropriação anticolonial das tecnologias utilizadas pelas *Big Techs* e pelos governantes para nos governar. Trata-se, portanto, de descolonizar a linguagem, a tecnologia e a técnica buscando incorporar as pessoas colonizadas à totalidade humano-genérica (Faustino & Lippold, 2023).

Paola Ricaurte (2019) mostra como iniciativas cidadãs de produção e de veiculação de dados são importantes para subverter a desigualdade de dados promovida pelas intencionadas omissões governamentais e das *Big Techs*. Exemplos trabalhados pela autora dizem respeito a iniciativas cidadãs que compilam e divulgam dados subnotificados pelo governo mexicano, como por exemplo, de casos de violência doméstica.

Descolonizar os dados implica, portanto, numa resistência coletiva organizada, a partir de um ativismo digital, para divulgar amplamente o funcionamento do algoritmo e promover o debate público sobre as consequências de seus usos visando à democratização dos saberes e dos poderes dos algoritmos (Ruiz, 2021). Nesse caminho, a regulamentação que vem sendo pensada, a partir do Projeto

de Lei nº 2630/2020², de relatoria de Orlando Silva (PcdoB/SP), conhecido como PL das *Fake News*, passa por comprometer as *Big Techs* na verificação de conteúdos que estejam com grande engajamento, algo extremamente útil para os processos eleitorais. O PL propõe aumentar a responsabilidade das plataformas por conteúdos postados por pessoas usuárias quando o conteúdo viola a lei. A grande rejeição e os ataques advindos de empresas como o Telegram e Google ao PL das *Fake News*, nos alertam para os interesses destas e como elas se alinham aos projetos conservadores.

É necessário alertar para certa colonização da vida pelas máquinas e pelos algoritmos, mas a pergunta que as pessoas nem sempre se fazem é: quem domina quem? Se a máquina domina o humano, ainda que por meio de uma servidão voluntária, quem domina a máquina? Em outras palavras, se algoritmos macabros colonizam nosso cotidiano para captar dados e induzir nosso comportamento e nossa subjetividade, com que razão o fazem? Será correto atribuir razão e, portanto, *status* de sujeito ao algoritmo quando ele próprio é programado por alguém com vistas à obtenção de determinados resultados? (Faustino & Lippold, 2023, pp. 40-41)

Muitas vezes os discursos e as ideias sobre as problemáticas da tecnologia e algoritmização se colocam em um lugar isolado dos mecanismos de poder, como se o mundo digital operasse de modo desconectado da lógica de sistema-mundo que nos atravessa. Analisar os processos de digitalização da vida a partir da implicação de quem controla as *Big Techs* e das lógicas que as conduzem a operar do modo vigente, é uma das formas de começarmos a pensar em maneiras de lidarmos com o grande engajamento dessas empresas, no avanço da extrema direita; e ampliarmos a discussão para usos mais interessantes dessas mídias. Nesse momento, fica evidente que o engajamento algorítmico não é observado e monitorado de maneira a respeitar o processo democrático e nem os direitos dos grupos minoritários, ele não visa o impedimento dos crimes racistas e lgbtfóbicos que circulam pelas redes, sendo o aumento de lucros a maior importância para as *Big Techs*. Esse interesse fortalece sua aliança com a extrema direita e com a produção das *fake news*. Quando há tentativa de implicação no monitoramento de conteúdos para que não ocorra a circulação intensa de *fake news* nem dos crimes cibernéticos e discursos de ódio, as *Big Techs* se apoiam no discurso da extrema direita sobre a tentativa de censura e de perda da liberdade de expressão.

2 Explicação da Ementa: “Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei” (PL nº 2630/2020).

A regulamentação, como uma das formas de implicação e responsabilização das *Big Techs* para o enfrentamento das *fake news* e como elas têm afetado a realidade, atravessando processo democrático, processo de vacinação, criminalização de certos movimentos de luta e, até mesmo, da realidade sobre as mudanças climáticas, começa a localizar o interesse de quem as controla e como isso afeta o modo como as mídias funcionam atualmente. Quem as controla tem retido boa parte do capital mundial, de forma que seus interesses se alinham facilmente ao uso do algoritmo para o intenso aumento de lucro através dos dados e da possibilidade de manutenção da regulação constante do mercado, de modo que seja favorável para seu funcionamento e lucro. Com esse interesse central, não importa se o algoritmo engaja publicações racistas, discursos de ódio ou *fake news*, esse tipo de conteúdo segue favorecendo não apenas o lucro dessas empresas, mas também a manutenção de uma mesma lógica colonial que modela nossas subjetividades e coloca os padrões hegemônicos de vida e de corpos em naturalização e desejo. Dessa forma, o consumo através dos anúncios que circulam nas redes segue em seus níveis máximos e o campo digital é a nova ferramenta para imposição da lógica colonial-capitalista.

As plataformas estão usando todos os recursos possíveis para impedir a aprovação do PL 2630 porque o que está em jogo são os bilhões arrecadados com publicidade digital que atualmente não possuem nenhuma regra, restrição ou obrigação de transparência, deixando anunciantes e consumidores vulneráveis aos seus interesses econômicos. Se o PL 2630 não for aprovado, as *Big Techs* conseguem manter a assimetria regulatória que existe no mercado e, portanto, manter suas vantagens competitivas frente aos outros meios de comunicação que também vivem de publicidade. (*Netlab*, 2023, paginação irregular).

Do modo que as redes sociais e outros meios digitais funcionam hoje não há implicação na regulação de conteúdos que ferem direitos humanos ou que produzem notícias falsas, pois o engajamento algorítmico pode conter crimes de ódio contra as minorias e ainda assim estar gerando lucro. Nesse sentido, a PL 2630 responsabilizaria as *Big Techs* pela manutenção ativa do cuidado em relação a esse tipo de conteúdo, possibilitando que o ambiente digital comece a tentativa de preservação do espaço democrático e do diálogo. A proposta de regulamentação não está atravessada pela censura da liberdade de expressão como as *Big Techs* têm apontado, mas atua como enfrentamento às *fake news* e ao grande movimento de produção de ódio pelos conteúdos da extrema direita que tem servido como ferramenta de lucro para as mesmas. Romper com essa lógica é colocar esse monopólio em questão, sem desqualificar os ganhos advindos dos processos tecnológicos, mas pensar em novos usos que não reproduzam o avanço e a manutenção do sistema

colonial-capitalista a partir do emprego de dados como nova forma de poder, de reafirmação dos modos hegemônicos de vida, da lógica racista, lgbtfóbica e da retenção de capital.

O lucro grandioso das *Big Techs* nos mostra que não devemos colocar o funcionamento algorítmico como foco central nessa problemática, mas conectá-lo às pessoas que controlam seu funcionamento. Dessa forma, começaremos a criar a possibilidade de enfrentamentos concretos para essas questões que passam pela implicação dessas pessoas e de como seus interesses direcionam o mundo *tech*, sem que desqualifiquemos as potencialidades do processo digital e sua utilidade. Para isso, precisamos buscar maior transparência no uso dos dados e como as mídias se utilizam destes para a produção de desejos e formas de consumo, algo diretamente conectado ao lucro gerado pelos anúncios pagos.

Não há respostas simples para os enfrentamentos desse processo, mas um dos pontos iniciais passa pela regulamentação e implicação das *Big Techs*. Quiçá essa estratégia possibilite que processos interessantes como o ativismo que ocorre nas redes sociais sobre a ampliação da problemáticas racistas, das questões de gênero e de outras pautas de luta tenham de fato alcance e maior circulação, sendo a internet a ferramenta que esperamos para o maior acesso à informação. Nesse momento, precisamos nos deslocar da ingenuidade de que chegaremos no ponto ideal no qual ela seja apenas uma ferramenta interessante, ela estará constantemente atravessada pelos mecanismos de poder, sendo o enfrentamento algo contínuo para que seu uso também possibilite brechas e rupturas com as lógicas dominantes através dos movimentos de ciberativismo. Ainda assim, a pergunta sobre o que esses espaços de fato possibilitam precisa nos acompanhar de forma constante para que os tensionamentos e as análises possam abrir novas formas de enfrentamentos para diferentes usos desses meios.

Ainda que os processos de algoritmização e as *Big Techs* se utilizem de dados de forma global, a potência das tecnologias digitais ainda está em países centrais para o capitalismo, sendo esse ponto um dos que favorecem ganhos na venda dessas ferramentas e tecnologias para países em desenvolvimento. Esse processo de ganho de poder é o que atravessa a influência nos processos democráticos e de precarização das minorias. Pensar que o neoliberalismo cada vez mais captura e reatualiza o uso dessas tecnologias para seu avanço e para a permanência dos velhos ideais do capitalismo abre um campo de análise mais conectado às problemáticas desse campo. Sendo assim, além de algumas políticas que passam pelo Estado e pela esfera pública, é preciso que pensemos em processos coletivos da apropriação desses meios para rupturas dessa lógica.

Se o colonialismo digital abre novas formas de opressão e dominação, as tecnologias também podem abrir, a partir das alianças de grupos, brechas que possibilitem criação e resistência a esses avanços (Faustino & Lippold, 2023).

Apesar das *Big Techs* estarem alinhadas ao avanço do conservadorismo, há constante movimento através das redes sociais que constroem possibilidades de informação e enfrentamentos a isso, inclusive pela mobilização que, através do seu alcance, consegue participação em votações de governantes, visibilidade de pautas importantes, desde as questões raciais às questões de gênero, capacitismo e lógica classista. Nos últimos anos de constante ataque aos povos indígenas e ao avanço do processo de desmatamento e exploração ilegal da Amazônia, a internet tem sido espaço útil de denúncia e visibilidade desses problemas. Esses movimentos ciberativistas e de produção de conhecimento, que também circulam nesses meios, são pontos que abrem caminhos para pensar no que o processo coletivo pode causar de rupturas e resistências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de digitalização da vida atravessam cada vez mais os diferentes pontos do cotidiano, tendo efeitos nos nossos desejos, consumo, subjetividades e até mesmo em processos eleitorais. Analisar seus efeitos a partir do colonialismo de dados e como ele se utiliza da algoritmização como ferramenta de seu processo de domínio é ampliar o modo como olhamos para a tecnologia, escapando de sua desqualificação e anulação. Trata-se de entrar em um novo campo que permita a implicação e a responsabilização de quem controla as *Big Techs* para novos e diferentes usos das ferramentas tecnológicas. Repensar o uso do algoritmo, e sua conexão direta com os interesses de avanço do mercado e do lucro, nos permite ampliar as possibilidades de enfrentamento em relação aos jogos de poder envolvidos no uso de dados como novo capital. Nessa reatualização do processo colonial-capitalista, é preciso que comecemos a pensar em estratégias que passem por micro e macropolíticas, problematizando o uso dos meios digitais para que esses sejam mais saudáveis de maneira individual, mas com constante implicação e mudança em seus processos de interesses coletivos, de modo que essas ferramentas comecem a ser disponibilizadas como meio de comunicação de maior acesso à produção e à veiculação de informação, sem que elas estejam completamente vinculada à monopolização de capital e ao avanço da exploração. Seriam esses pontos possíveis?

Não há únicas respostas e alternativas para questão tão complexa quanto o campo digital, mas a investigação e a problematização dessas ferramentas como aliadas do processo colonial-neoliberal nos colocam a pensar como seus efeitos atravessam, de maneira concreta, nosso cotidiano e quais são as possibilidades para novos usos mais interessantes das mesmas. É preciso constante questionamento e informação sobre essas afetações na modulação dos nossos desejos, pois, além de políticas que envolvam a macroesfera, é preciso que a informação sobre os usos

individuais sejam mais acessíveis e que cada vez mais cada pessoa entenda como o algoritmo atravessa sua vida.

A era digital, a era das novas formas midiáticas, é estruturada pela ideia que existem folhas em branco no inconsciente, de que não existe opacidade nem segredo. Até certo ponto, as novas formas midiáticas são as novas infraestruturas do inconsciente. (Mbembe, 2021, p. 103)

Nesse sentido, é preciso que comecemos a questionar nosso mundo digital, o que ele nos mostra e o que acompanhamos dele. Para esse processo de enfrentamento, é preciso implicação direta das pessoas governantes com estratégias coletivas de informação e políticas que comecem a repensar a responsabilização das *Big Techs* para outros modos de uso desses meios. A educação sobre o processo digital precisa começar a estar em pauta como aparato social como algo que tem e terá peso concreto nas diversas áreas de nossas vidas.

As bolhas comportamentais, antigamente, eram de caráter geográfico (cada um se relacionava com seus vizinhos mais próximos); agora as bolhas são desterritorializadas, nos dá a impressão de que estamos num ambiente global, quando na verdade cada vez mais, devido à intensificação da indução algorítmica, somos conduzidos a nos relacionar com grupos fechados nos quais se têm as mesmas preferências, gostos, ideologias etc. (Ruiz, 2021, p. 12)

Para lidar com a visão modulada criada em nossas bolhas digitais, é preciso que estejamos, cada vez mais, em atenção ao funcionamento dessas ferramentas e como a preservação dos nossos dados é importante para que tenhamos mais segurança nesse processo. Passamos grande parte do dia navegando pela internet e, mesmo quando não estamos diretamente utilizando nossos aparelhos eletrônicos, eles estão captando nossos dados. De forma satírica e bizarra, o episódio da série *Black Mirror* lançado em junho de 2023, chamado “A Joan é péssima”, nos leva para o absurdo causado pelo uso de dados da personagem principal através do aceite dos termos de uso ao acessar uma plataforma de séries e filmes. Através da captura dos seus dados a empresa de audiovisual cria uma série baseada na história da personagem e a coloca em extrema exposição e desconforto em sua vida. Ao tentar impedir os prejuízos causados pelo programa, Joan se vê completamente desamparada pela lei e pela desinformação dos termos que passam pelo campo digital a cada clique e acesso. De forma distópica a série nos propõe questionamentos sobre um processo que parece distante, mas que já atravessa diretamente nosso cotidiano. Quais são os pontos que nos distanciam de Joan? Temos alguma proteção sobre nossos dados? Estamos cientes dos riscos que nos atravessam nesse

uso? Quais são e serão as consequências mais intensas disso? Elas já não existem? Por esse caminho complexo, é preciso que haja uma aposta nas potencialidades coletivas que acontecem para além do virtual, não pretendemos negar o que esse campo possibilita de relações e trocas, mas é preciso que ele se equilibre com a realidade presencial, sem que se perca de vista essa realidade em relação ao processo de avatarização da vida.

Nessas possibilidades de enfrentamento, como sair de uma lógica que novamente coloque a ideia de mercado e de que tudo é rentável? Como escapar de soluções individuais e novamente neoliberais? Pensar em estratégias para lidar com o colonialismo de dados passa pelo âmbito coletivo, a fim de que não adentremos novamente na lógica que está operando para que o uso dos dados seja a forma central de exploração contemporânea. Nesse sentido, é preciso analisar como o uso de dados e os algoritmos operam em uma mesma lógica colonial, produzindo efeitos diretos em corpos através da constante quebra de direitos, em conteúdos que reforçam vivências hegemônicas e negam as diferenças. Quando Elon Musk, em junho de 2023, anuncia em seu *twitter*, que a palavra *cis* não poderá mais ser usada pois seria um xingamento, ele ataca a possibilidade de existências *trans* e recoloca a cisgeneridade como central e universal. Recentemente blogueiras brasileiras foram denunciadas por crimes racistas e de exposição de crianças para criação de conteúdo e engajamento em suas redes pessoais. Esse tipo de conteúdo tem grande passabilidade nessas plataformas pois redireciona uma mesma lógica de mundo que é racista e coloca em centralidade a branquitude, por isso o conteúdo das blogueiras só foi penalizado após grande reivindicação popular. Isso nos mostra o quanto o algoritmo gera engajamento a partir de discursos de ódio e de lógicas conservadoras.

Ricaurte (2019) nos dá pistas de como pensar em formas de resistência ao processo do colonialismo de dados a partir da possibilidade de entendermos o engendramento complexo com as diversas áreas da realidade que ele atravessa e das quais se utiliza para seu avanço e exploração. Além disso, a autora sinaliza a importância de compreender que cada região opera de jeitos diferentes e tem que criar enfrentamentos de formas distintas para lidar com o modo que esses recursos operam. Há uma similaridade no uso das ferramentas de dados pelos governos que vão desde segurança à saúde e, cada vez mais, ao acesso aos dados das populações para a criação de políticas públicas. Nesse sentido, pensar estratégias para lidarmos com essa problemática precisa passar pelo debate público e, que esse seja localizado com as diferentes demandas de cada população, pois há diferenças em como a digitalização atinge os diferentes corpos e o peso que o campo digital tem, de forma concreta, nos direitos e na realidade. Para atravessarmos as consequências negativas advindas do processo de digitalização é preciso que o conectemos às diversas realidades e como elas operam em conjunto com esse processo. Considerar

as formas de opressão que atravessam esse campo, e como ele opera com o nosso sistema-mundo colonial-capitalista, nos parece abrir maiores possibilidades de enfrentamentos do que análises individualizadas sobre a tecnologia que a colocam em um local distante da realidade.

REFERÊNCIAS

- A Joan é péssima** (2023). Dir.: Ally Pankiw. *Netflix*. <https://www.netflix.com/br/title/70264888>
- A Guerra das Plataformas contra o PL 2630.** (2023). *Netlab*. <https://www.netlab.eco.ufrj.br/blog/a-guerra-das-plataformas-contra-o-pl-2630>
- Black Mirror** (2023). A Joan é péssima (Série/episódio) Dir.: Ally Pankiw. *Netflix*. <https://www.netflix.com/br/title/70264888>
- Cassino, J. F.** (2021). O Sul global e os desafios pós-coloniais na era digital. In S. Silveira, J. Souza, & J. F. Cassino (Orgs.), *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal* (pp. 13-31). Autonomia Literária.
- Couldry, N.** (2021). Colonialismo de dados e esvaziamento da vida social antes e após pandemia da COVID-19. In *Anais do XIX Simpósio Internacional do IHU - Homo digitalis. A escalada da algoritmização da vida em tempos de pandemia*. https://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/2020/eventos/simposio_homo_digitalis/conferencias_pdf/Nick_Couldry.pdf
- Dourado, Tatiana** (2021). *Fake news: quando mentiras viram fatos políticos*. Zouk.
- Faustino, D. & Lippold, W.** (2022). Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 14(2), 56-78. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>
- Faustino, D. & Lippold, W.** (2023). *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. Boitempo.
- Fischer, M.** (2023). *A Máquina do Caos: como as redes sociais reprogramam nossa mente e nosso mundo*. Todavia.
- Grosfoguel, Ramón** (2020). Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico* (pp. 55-79). Autêntica.
- Mbembe, A.** (2021). *Brutalismo*. N-1 edições.
- Mejías, U.** (2019). Questionando o universalismo por trás dos dados: Entrevista com Ulisses Mejías. *digilabour laboratório de pesquisa*. <https://digilabour.com.br/questionando-o-universalismo-por-tras-dos-dados-entrevista-com-ulises-mejias/>
- Mejías, U. & Couldry, N.** (2019). Colonialismo de datos: repensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporáneo. *Virtualis*, 10(18), 78-97. <https://www.revistavirtualis.mx/index.php/virtualis/article/view/289>
- Quijano, A.** (2007). Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies* 21(2-3), 168-178
- Ricaurte, Paola** (2019). Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. *Television & New Media*, 20(4), 350-365.
- Ruiz, C. M. M. B.** (2021). Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas. *Cadernos IHU ideias*, 19(314), 1-26. <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7775-cadernos-ihu-ideias-algoritmizacao-da-vida-a-nova-governamentalizacao-das-condutas>
- Silveira, S. A.** (2021). A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In S. Silveira, J. Souza, & J. Cassino (Orgs.), *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal* (pp. 32-50). Autonomia Literária.
- Zuboff, S.** (2020). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.